

Conferência Nacional do Preparatório e Secundário

PROFESSORES APOSTAM NO FUTURO

Manuela Alves
enviada especial

A bela praia da Póvoa de Varzim, agora deserta, assistiu ontem a um acontecimento inédito na sua vida de zona piscatória e estância balnear: um desfile de centenas de professores que assim pretenderam levar à população o seu descontentamento.

Os manifestantes saíram do Casino, onde, desde ontem, estão reunidos na I Conferência Nacional dos Ensinos Preparatório e Secundário, promovida pela Federação Nacional dos Professores, e dirigiram-se à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, onde agradeceram o acolhimento do município à iniciativa.

A conferência aprovou também, esta manhã, uma moção de apoio ao diálogo dirigida aos órgãos de soberania, depois de concluir o debate da primeira parte do tema «construir uma escola viva / valorizar a profissão docente».

Como afirmou o secretário-geral da Fenprof, António Teodoro, o objectivo da conferência é debater e aprovar um conjunto de propostas relativas à organização e funcionamento do sistema de ensino entre o quinto e o décimo segundo anos (actuais ensinos preparatório e secundário), bem como sobre a situação

profissional dos professores nestes níveis de ensino. Debater porém a escola, a partir de agora, só pode ser feito à luz da Lei de Bases do sistema educativo, pelo que a intervenção do secretário-geral da Fenprof se debucou largamente sobre aquele instrumento legal.

«A Lei de Bases introduziu substanciais alterações no sistema de ensino português e consagrou o que de importante e inovador foi construído após o 25 de Abril», afirmou. «Impõe-se agora a sua regulamentação e implementação, cabendo ao Governo a iniciativa de apresentar diversa legislação complementar que previamente terá de ser submetida a parecer obrigatório do Conselho Nacional de Educação, segundo diploma que será aprovado brevemente pela AR. Entre essa legislação, a publicar no prazo de um ano, figura a gratuidade da escolaridade obrigatória,

a formação e as carreiras do pessoal docente e outros profissionais da educação.

«No prazo de dois anos, acrescentou, o Governo deve elaborar e apresentar, na Assembleia da República, um plano de desenvolvimento do sistema educativo com um horizonte temporal a médio prazo e limite no ano 2000, que assegure a realização faseada da (...) lei e demais legislação complementar».

Gestão democrática: MEC retira projecto

Ao abordar a questão da gestão democrática das escolas (um dos quatro aspectos do primeiro tema em debate), A. Teodoro disse que a FENPROF recebeu do MEC um projecto de diploma sobre gestão democrática das escolas acompanhado da indicação de que as sugestões deviam ser dadas no prazo de 5 dias. A Federação informou que só daria resposta depois de ouvir os professores na actual conferência.

Soubes-se ainda ontem que o MEC retirou esse projecto de diploma que mais não é do que «um regulamento de eleições e nomeações, onde se dificultam as primeiras para autocrática-

mente se poder proceder às segundas».

Ainda no campo da gestão democrática se verificaram algumas intervenções dos delegados da Madeira no sentido de

denunciar a guerra que o Governo Regional faz à gestão democrática, nomeadamente no que respeita à homologação de conselhos directivos que não sejam do seu agrado.

Uma escola secundária madeirense cujo conselho directivo democraticamente eleito não foi homologado pela Secretaria Regional de Educação chegou mesmo a recorrer ao Supremo Tribunal Administrativo, que emitiu um acórdão favorável ao CD... mas dois anos e meio depois.

A situação descrita na Madeira levou um outro delegado, este do continente, a dizer que, ao pé de João Jardim, Pinheiro e Simões Alberto não passam de modestos amadores.

FENPROF tem propostas

A intervenção do secretário-geral da Federação Nacional dos Professores foi bastante no sentido de responder à acusação do ministro da Educação e Cultura de que esta Federação não

tem propostas a apresentar sobre os problemas do ensino, mas que se limita a utilizar «slogans» em jornais. O secretário-geral da FENPROF enumerou as conferências e seminários que organizou desde que foi criada em 1983, num total de 6, além de 2 congressos nacionais. Tem neste momento propostas elaboradas para duas questões candentes para os professores destes dois graus de ensino — estabilidade de emprego e carreira docente.

Numa clara alusão àquela afirmação do ministro da Educação, um dos deputados presentes ontem nos trabalhos, Bartolomeu Paiva Campos, do PRD (o outro deputado foi António Osório, do PCP), afirmou: «Constamos que a FENPROF tem propostas fundamentadas. Pode-se ou não concordar com elas, mas afirmar que não existem é demagógico».

O primeiro tema, «Construir uma escola viva e renovada na escola actual», foi ontem apresentado pelo dirigente do Sindicato dos Professores do Norte, Mário David Soares, enquanto o segundo, «Lutar por uma profissão docente valorizada e dignificada», o foi pelo dirigente do Sindicato da

Região Centro, Linhares de Castro.

A negociação do estatuto da carreira docente, a formação profissional dos professores dos ensinos preparatório e secundário e uma nova política do regime de emprego que dê estabilidade à profissão foram alguns pontos apontados na apresentação do segundo tema.

A questão da estabilidade profissional que assume aspectos particularmente graves no Alentejo foi abordada pelo presidente do sindicato dos Professores da Zona Sul, Manuel Pinho. Alguns números são significativos: no Alentejo leccionam no preparatório e secundário apenas 2534 professores em diferentes situações de vínculo ao MEC, o que se traduz numa relação média de 1 professor para 18 alunos. Daqueles professores vinculados apenas 875 são profissionalizados, o que significa que 66 por cento desses professores não o são efectivamente.

Esta tarde a conferência debaterá o terceiro tema, «Uma acção sindical forte e solidária», e votará o documento de resolução, seguindo-se o encerramento.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Política - Professores